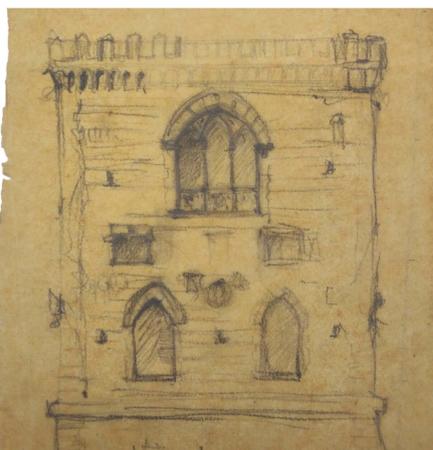


PRÁTICAS DA HISTÓRIA

JOURNAL ON THEORY, HISTORIOGRAPHY,
AND USES OF THE PAST

N.º 9 - 2019



Editorial

José Neves

Práticas da História, n.º 9 (2019): 7-17

www.praticasdahistoria.pt

Editorial

José Neves*

O vazio criado pelo recente desaparecimento de António Manuel Hespanha (1945-2019) tem vindo a ser preenchido por obituários publicados em revistas académicas internacionais, que se somam às notícias que a imprensa portuguesa produziu na hora da sua morte. O colectivo que tem dirigido a revista *Práticas da História* gostaria de começar por referir que o seu falecimento nos entristece e enfraquece. Desde o início desta revista que António Hespanha nos ajudou generosamente. Fez parte do conselho científico da revista e elaborou pareceres sobre artigos. Foi orador em eventos por nós organizados e participou do público de outros eventos que realizámos. Trouxe às páginas desta publicação uma nova versão de um dos seus ensaios teóricos mais relevantes (o seu texto sobre categorias) e, a nosso pedido, redigiu um testemunho sobre a sua experiência à frente da Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses.¹ De resto, o evento de lançamento do nosso primeiro número, que teve lugar na Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa, teve como ponto alto a realização de uma entrevista a António Hespanha, numa sala plena de colegas e estudantes que ali foram expor-se à experiência de quem fazia da sua própria erudição uma forma de instigar a curiosidade dos demais – e não um fardo a pesar sobre a ignorância alheia. O registo áudio dessa entrevista ocorrida em 2015, e conduzida pelo historiador Luís Trindade, ficará doravante disponível no site da nossa revista.

* José Neves (jose.neves@fcsh.unl.pt). Instituto de História Contemporânea (NOVA FCSH), Av. Berna, 26 C, 1069-061 Lisboa, Portugal.

1 António Hespanha, “Categorias. História dos conceitos, história das ideias, história dos dogmas jurídicos”, *Práticas da história. Journal on theory, Historiography and uses of the past* 7 (2019): 224-56; António Hespanha, “Comemorar como política pública. A comemoração dos Descobrimentos Portugueses, ciclo 1997-2000”, *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past* 8 (2019): 198-220.

A ideia de organizarmos um dossier em torno da obra de António Hespanha não decorre apenas da estima que ele nos merece. Sendo certo que a Teoria da História e a Historiografia não se contam entre as áreas que directamente mais beneficiaram dos seus contributos, Hespanha escreveu alguns ensaios seminais sobre questões que interpelam a prática da disciplina e o desempenho do ofício de historiador em geral. Mais acontece que muitas das suas obras, ainda que versando sobre matérias específicas (da história do Direito à história do Estado, passando pela história do Império), acusam uma autorreflexividade que assumiu forte vocação teórica, como se fazer História e desfazer a História formassem parte de uma mesma tarefa intelectual, para glosarmos o lema que presidiu à revista *Penélope*, fundada em 1988 e de que António Hespanha foi director. Como este lema se foi materializando na trajectória de Hespanha, eis uma questão que fica para a agenda de um futuro programa de investigação no domínio da história da própria disciplina. Neste editorial, não cabe certamente a definição de um tal programa, que poderá vir a considerar questões tão diversas como o encontro de Hespanha com as perspectivas foucauldianas, o seu entusiasmo com as possibilidades que a informática trouxe à pesquisa empírica, a tensão entre a crítica da História enquanto discurso apaziguador do presente e a assunção de elevadas responsabilidades dirigentes ao nível das políticas de memória do Estado português nos anos 1990; ou ainda, na última década, as implicações da afirmação do chamado neoliberalismo na sua aproximação à questão do Estado.

Da nossa parte, limitamo-nos aqui a sugerir que a preocupação científica que levou Hespanha a equacionar as possibilidades e limites do conhecimento produzido pelos historiadores se combinou, não raras vezes, com a inquietação cívica que o levou a reflectir sobre as vantagens e desvantagens políticas da disciplina da História para a vida em comunidade. De tais combinações é exemplar a sua intervenção num dos debates suscitados pela publicação daquele que foi, porventura, o seu livro mais importante: *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal – século XVII*. Num desses debates, escreveu:

«Um dos objectivos centrais do meu trabalho de historiador do poder é o de combater esta forma de *cronocentrismo* que consiste em projectar sobre o passado as nossas categorias de entendimento do poder, tomando como *naturais* e *intemporais* as categorias actuais de compreensão das relações de poder. Tal operação epistemológica tem várias consequências, a meu ver indesejáveis. Uma delas é de natureza historiográfica, traduzindo-se num desconhecimento da ideia de “ruptura”, de distanciamento histórico, a que a actual teoria da história dá tanta atenção. Outra consequência é de natureza político-ideológica, pois a elevação do conceito de “Estado” a uma categoria intemporal – e, paralelamente, da organização política estadual a uma aquisição final, escatológica, preparada pelo aparecimento de formas “estaduais” ainda imperfeitas (como o “Estado medieval” ou o “Estado moderno”) – conduz a uma “naturalização” das formas políticas actuais e à sua legitimação como o ómega da evolução dos sistemas de poder».²

Pelos mesmos anos, de resto, no ensaio «A emergência da História», publicado na já referida *Penélope*, o desdobramento historiográfico e político-ideológico da operação epistemológica realizada em *As vésperas do Leviathan* ganharia uma formulação genérica, com Hespanha a assumir o discurso de historiador «como um acto político», mas logo precisando que tal politicidade nada tinha que ver «com a história “militante” ou a história “cidadã” de há vinte ou trinta anos». Citando-o, de novo:

«Há vinte ou trinta anos, o ofício do historiador tinha um sentido militante porque a história, concebida como ciência, pretendia poder captar as “leis sociais” que regulavam o processo histórico e asseguravam um futuro

² António Hespanha, *As Vésperas do Leviathan – Instituições e Poder Político em Portugal – Séc. XVII* (Lisboa: Almedina, 1994), 642.

mais livre e mais humano. Fazer história era documentar, com a plasticidade e acessibilidade que o relato histórico garante, aquilo que, sem ele, apenas poderia ser apreendido em enfiadinhos manuais de teoria social. Formava-se, assim, uma espécie de “frente popular” em que a história (tal como a literatura [neo-realista]), sob a direcção da teoria social, garantia a formação de um “bloco social” em que participavam mesmo aquelas [disciplinas] que, pela teoria “pura e dura”, [para tal] não tivessem grande apetência. Então, a historiografia era política pelo seu conteúdo. Mas, pela sua forma, pelo seu referente epistemológico (a Verdade), estava acima da política, tanto quanto a matemática.»³

*

O dossier «António Hespanha – Fazer e Desfazer a História» reúne seis contributos da autoria de historiadores, cientistas sociais e estudiosos do Direito. Uma parte dos textos testemunha o encontro dos respectivos autores quer com a obra de António Hespanha quer com a sua *persona* académica, ao mesmo tempo que desvela o modo como as perspectivas do historiador português se manifestaram em campos historiográficos que não o português. Os textos das historiadoras Tamar Herzog e Mónica Duarte Dantas são disso exemplo, no primeiro caso esboçando-se uma visão panorâmica sobre os principais elementos que a obra de Hespanha trouxe a uma nova história do Direito; no segundo, deixando entrever a repercussão de Hespanha entre historiadores brasileiros. Por sua vez, o testemunho do historiador espanhol Bartolomé Clavero convoca, desde logo, a cumplicidade de leituras e vivência que sustentou os paralelismos intelectuais que é frequente estabelecer-se entre o percurso historiográfico de ambos, Clavero e Hespanha, de caminho informando-nos acerca da repercussão da obra deste último na historiografia espanhola, onde, na verdade, a sua tese de doutoramento conheceu a sua primeira edição em livro.

3 António Hespanha, “A emergência da História”, *Penélope. Fazer e desfazer a história* 5 (1991): 20.

O dossier reúne igualmente três outros contributos. O filósofo Giovanni Damele atende à importância que o estudo da argumentação e da retórica jurídica assumiram na prática historiográfica de Hespanha, ao mesmo tempo que sublinha os pressupostos cívicos que pautaram uma tal orientação e que igualmente se repercutiram em iniciativas lectivas desenvolvidas por Hespanha no âmbito da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Já os contributos do historiador Tomás Vallera e do sociólogo Tiago Ribeiro surgem na sequência das leituras de Hespanha que ambos realizaram no quadro das respectivas investigações de doutoramento. Nos dois casos, trata-se de obrigar a obra de Hespanha a frequentar domínios ou cronologias que ela visitou menos regularmente. Vallera, que defendeu a sua tese de doutoramento neste mesmo ano de 2019, dá-nos conta da sua tentativa de elaborar uma história da «polícia» como genealogia da escola moderna. Por seu turno, Ribeiro investiga o modo como a conceptualização da sexualidade opera na influência recíproca do Direito e de saberes *psi* enquanto fontes de justiça e de verdade.

O presente número da *Práticas da História* começa, contudo, pela nossa habitual secção de artigos, à margem do dossier em torno de Hespanha. No primeiro artigo que publicamos, «Deus Vult? Crusade apologists, historians and ‘abortive rituals’ in the 1999 reconciliation walk to Jerusalem», o historiador Mike Horswell, atendendo à celebração dos 900 anos da Primeira Cruzada (1095-1099) e sua repercussão, reivindica a necessidade de os historiadores considerarem o que estas práticas memorialísticas colectivas nos dizem sobre os significados presentes de um dado passado, em vez de simplesmente procederem à verificação e validação do que nas celebrações de hoje estará ou não conforme à realidade de ontem. O segundo artigo, «Liberty dreamt in Stone: The (Neo)Medieval City of San Marino», é da autoria do historiador Tommaso di Carpegna Falconieri, que nos traz, em chave comparatista, uma primeira visão panorâmica sobre as práticas de medievalização desenvolvidas em San Marino de meados do século XIX até ao fim dos anos do fascismo italiano. Finalmente, publicamos um artigo do historiador Ricardo Noronha, «Neoliberalism and the historians», no cruza-

mento entre a História das Ideias Políticas, a História do Pensamento Económico e a Teoria da História, atento às reflexões historiográficas desenvolvidas nos primórdios do neoliberalismo por autores como Friedrich Hayek, Karl Popper, T. S. Ashton, Walter Eucken, Ludwig von Mises e Milton Friedman.

Completa, ainda, este número da revista, uma entrevista com Edward Alpers, na qual se aborda a trajectória pessoal deste historiador e o seu trabalho em contextos africanos de libertação nacional e de pós-independência, assim como os seus esforços na consolidação do campo de estudos sobre o *Indian Ocean World*. A entrevista foi conduzida pelo historiador Felipe Barradas Correia Castro Bastos. A revista inclui também, como é habitual, uma secção de recensões.

Editorial

The void left by António Hespanha's recent passing (1945-2019) has been filled with obituaries in international academic journals, alongside a range of articles in the Portuguese press at the time of his death. The collective that has directed the journal *Practices of History* would like to start by saying that his death leaves us saddened and poorer. Ever since this journal first started, António Hespanha has helped us more than generously. He was part of the journal's scientific board and wrote article reviews. He was a regular speaker or member of the audience at events we organised. He brought to the pages of this journal a new version of one of his most relevant theoretical essays (his seminal text on categories) and, at our request, wrote a testimony about his experience at the head of the National Commission for the Commemoration of the Portuguese Discoveries⁴. The highlight of our first issue's launch event,

4 António Hespanha, "Categorias. História dos conceitos, história das ideias, história dos dogmas jurídicos", *Práticas da história. Journal on theory, Historiography and uses of the past* 7 (2019): 224-56; António Hespanha, "Comemorar como política pública. A comemoração dos Descobrimentos Portugueses, ciclo 1997-2000", *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past* 8 (2019): 198-220.

which took place at the National Library in Lisbon, was a live interview with António Hespanha, in a room full of colleagues and students who were there to benefit from the experience of someone who turned his erudition into a way of arousing the curiosity of others, rather than a burden to weigh on the ignorance of others. The audio recording of this interview, conducted by the historian Luís Trindade in 2015, is now available on the journal's website.

The idea of organising a dossier around the work of António Hespanha does not stem solely from the esteem in which he is held. Even if Theory of History and Historiography were not among his key areas of interest, Hespanha wrote a handful of seminal essays on issues that challenge the practice of the discipline and the historian's craft in general. Moreover, many of his works, while dealing with specific subjects (from legal history to the history of the state, passing through the history of the empire), are suffused with a self-reflexivity that testifies to a strong theoretical vocation, as if making History and undoing History were part of one and the same intellectual task, to gloss over the motto that presided over *Penélope*, an academic journal founded in 1988 and of which António Hespanha was the director. As to how this materialized and unfolded in Hespanha's own trajectory, this is a question for a future research program in the field of the history of the discipline. In this editorial, it is certainly not possible to define the contours of such a programme, which may come to consider issues as diverse as Hespanha's encounter with Foucauldian framework, his enthusiasm for the possibilities that information technology opened up for empirical research, the tension between his criticism of history as a discourse to appease the present and the assumption of leading positions in the Portuguese state's official memory policy of in the 1990s; or even, in the last decade, the implications of the rise of so-called neoliberalism in his approach to the question of the state.

For our part, we merely want to suggest that the scientific concerns that led Hespanha to gauge the possibilities and limits of the knowledge produced by historians were often combined with a civic concern that led him to reflect on the political advantages and disadvantages of the

discipline of history for our life in common. Among such combinations, one may serve as an exemplary instance: his intervention in one of the debates surrounding the publication of arguably his most important book: *As Vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político. Portugal, séc. XVIII*. In one of those discussions, he wrote:

«one of the main objectives of my work as an historian of power is to counter the form of chronocentrism which consists of projecting onto the past our categories for the understanding of power, by taking as natural and timeless the current categories through which we understand power relations. Such an epistemological operation has several consequences, undesirable ones, as far as I'm concerned. One of them is of an historiographic nature, resulting in a disregard for the idea of «rupture», historical distance, to which the current theory of history pays so much attention. Another consequence is of a political-ideological nature, since the elevation of the concept of «state» to a timeless category – and, in parallel, of the state political organization to a final, eschatological achievement, prepared by the appearance of still imperfect «state» forms (such as the «medieval state» or the «modern state») – leads to a «naturalization» of current political forms and their legitimization as the omega of the evolution of power systems».⁵

Around the same years, moreover, in the essay «The emergence of history», published in the aforementioned *Penélope*, the historiographic and political-ideological unfolding of the epistemological operation carried out in *As Vésperas de Leviathan* would gain a generic formulation, with Hespanha defining the historian's discourse «as a political act», but qualifying such a statement with the notion that such politicalness

⁵ António Hespanha, *As Vésperas do Leviathan – Instituições e Poder Político em Portugal – Séc. XVII* (Lisboa: Almedina, 1994), 642.

had nothing to do «with the «militant» history or the «citizen» history of twenty or thirty years ago». To quote him once again:

«Twenty or thirty years ago, the office of the historian had a militant sense because history, conceived as a science, wanted to be able to capture the «social laws» that regulated the historical process and ensured a freer and more humane future. To make history was to document, with the plasticity and accessibility that the historical account guarantees, that which, without it, could only be apprehended in tedious manuals of social theory. Thus, a kind of «popular front» was formed in which history (like [neo-realist] literature), under the direction of social theory, guaranteed the formation of a «social block» that included even those [disciplines] who, in terms of «pure and simple» theory, did not have the inclination to take part. So historiography was political because of its content. But, in its form, in its epistemological reference (the Truth), it was above politics as much as mathematics.⁶

*

The dossier «António Hespanha – fazer e desfazer a história» gathers six contributions by historians, social scientists and legal scholars. Some of the texts offer testimony about the meeting of their respective authors with both the work of António Hespanha and his academic persona, while also revealing the way in which the latter's viewpoints occupied historiographic fields other than the Portuguese one. The texts by the historians Tamar Herzog and Mónica Duarte Dantas are an example of this, in the first case outlining a panoramic view of the main contribu-

⁶ António Hespanha, «A emergência da História», *Penélope. Fazer e desfazer a história* 5 (1991): 20.

tions of Hespanha's work to a new legal history; in the second, allowing us a glimpse into the repercussion of Hespanha's work among Brazilian historians. The testimony of the Spanish historian Bartolomé Clavero, in turn, summons, from the outset, the complicity between readings and experience that sustained the intellectual parallels that are often established between the historiographic path of both Clavero and Hespanha, informing us along the way about the impact of the latter's work in Spanish historiography, where, in fact, his doctoral thesis was first published as a book.

The dossier brings together three other contributions. The philosopher Giovanni Damele takes into account the importance that the study of argumentation and legal rhetoric took on in the historiographic practice of Hespanha, while emphasising the civic principles that guided this orientation, which, one may add, also had significant repercussions in teaching initiatives developed by Hespanha within the Faculty of Law of the New University of Lisbon. The contributions of historian Tomás Vallera and sociologist Tiago Ribeiro follow the readings of Hespanha that both authors developed within the framework of their respective doctoral researches. In both cases, Hespanha's work was pushed to terrains or chronologies that he visited less regularly of his own accord. Vallera, who defended his doctoral thesis in 2019, tells us of his attempt to draw up a history of the «police» as a genealogy of the modern school. Ribeiro, for his part, investigates the ways in which the conceptualization of sexuality operates in the reciprocal influence of the law and of “psy” disciplines and knowledges as sources of justice and truth.

The present issue of *Practices of History* begins, however, with our usual section of articles, on the margins of the dossier around Hespanha. In the first article, «Deus Vult? Crusade apologists, historians and ‘abortive rituals’ in the 1999 reconciliation walk to Jerusalem», published against the background of the celebration of the 900th anniversary of the First Crusade (1095-1099) and its repercussions, the historian Mike Horswell claims the need for historians to consider what these collective memorialistic practices tell us about the present mea-

nings of a given past, rather than simply checking and validating what in today's celebrations will or will not conform to yesterday's reality. The second article, 'Liberty dreamt in Stone: The (Neo)Medieval City of San Marino', by the historian Tommaso di Carpegna Falconieri, brings us, in a comparative key, a first overview of the medieval practices developed in San Marino from the mid-19th century until the end of the fascism years. Finally, we publish an article by historian Ricardo Noronha, «Neoliberalism and the historians», at the crossroads between the History of Political Ideas, the History of Economic Thought and the Theory of History, which pays close attention to the historiographic reflections developed in the early days of neoliberalism by authors such as Friedrich Hayek, Karl Popper, T.S. Ashton, Walter Eucken, Ludwig von Mises and Milton Friedman.

To close this issue, we include an interview with historian Edward Alpers in which he discusses his personal trajectory and his work in African contexts of national liberation and post-independence, as well as his efforts in the consolidation of the field of studies on the Indian Ocean World. The interview was conducted by historian Felipe Barradas Correia Castro Bastos. Finally, as usual, the journal also contains a review section.